

Os Grandes Anais da Nacionalidade: a História do Brasil na edição comemorativa do centenário da Independência do *Jornal do Commercio*

*Júlia Ribeiro Junqueira**

Resumo: Na edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, os redatores do *Jornal do Commercio* declaravam que as coleções, deste periódico, constituíam os grandes anais da nacionalidade. Na preparação do conteúdo, que representaria a síntese da História do Brasil, eles não apenas lançaram mão do material anteriormente publicado, como também de fontes secundárias e, até mesmo, de outras fontes da imprensa. Ao utilizar essa estratégia, os redatores do *Jornal do Commercio*, cuja fundação datava de 1827, buscavam dar conta do período compreendido desde a Independência até o fim da Monarquia. Nesse sentido, o artigo pretende demonstrar como a disposição das notícias foi montada de forma a compor um enredo coerente, no qual o periódico assumiu as funções de um cronista, testemunho irrefutável da institucionalização do Estado Imperial.

Palavras-chave: *Jornal do Commercio – Centenário da Independência – Historiografia brasileira*

Abstract: In the first centennial anniversary of Brazilian Independence's commemorative issue *Jornal do Commercio* stated that its collections constituted the great annals of nationality. In the preparation of the contents, which represented the summary of the History of Brazil, the editors used not only reported that had been previously published but also secondary sources of information, including other print sources. The strategy used by *Jornal do Commercio* whose foundation dates from 1827, aimed at covering the period between the Brazilian Independence and the end of the Monarchy. In this sense, this article has the objective of demonstrating how the display of the news was done so as to make up a coherent plot in which that journal assumed the role of a chronicler, an irrefutable witness of the institutionalization of the Imperial State.

Keywords: *Jornal do Commercio – Centenary of Independence – Brazilian historiography*

Introdução

No contexto da Independência brasileira chegaram ao Brasil um número substancial de imigrantes franceses que, em sua maioria, eram compostos por livreiros, tipógrafos e jornalistas que se radicaram nesse território, devido aos conflitos no governo de Luís XVIII. Um deles foi Pierre Plancher que fundou, em 1º de outubro de 1827, o *Jornal do Commercio*. Ao abrir sua oficina tipográfica no território brasileiro, em 1824, Plancher trouxe alguns operários especializados e modernos equipamentos, onde imprimia folhinhas, leis, papéis avulsos e, ainda, vendia, na própria loja, livros e calendários (SODRÉ, 1977: 126). Estabeleceu três jornais, sendo o primeiro, que antecede o *Jornal do Commercio*, denominado

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Drª. Lucia Maria Paschoal Guimarães. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Spectador Brasileiro, que circulou entre os anos de 1824 até o dia 23 de maio de 1827 e *L'Indépendant — Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, publicado em francês na cidade do Rio de Janeiro.

Os primeiros redatores do *Jornal do Commercio* foram, além do próprio Plancher, Émile Seignot, Joseph Sigaud, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luís Sebastião Surigué. Pouco tempo depois, Plancher decidiu retornar a Paris, devido à volta da liberdade de imprensa com a mudança do regime na França — momento da queda de Carlos X —, deixando o periódico a cargo de Seignot que posteriormente, em 1834, o venderia a Junio de Villeneuve e Reol de Mongenot. Villeneuve comprou a parte que cabia a Mongenot e, ao lado de Francisco Picot e Julio de Villeneuve, assumiu a direção do jornal que, mesmo após sua morte, a família continuaria a manter o importante diário até 1890. Durante esse período colaboraram Justiniano José da Rocha, José Maria da Silva Paranhos, Carlos de Laet, Francisco Octaviano, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco e outros homens letrados.

A partir de 1890, o periódico passou para as mãos de José Carlos Rodrigues que, quando jovem, foi correspondente do *Jornal do Commercio* nos Estados Unidos. Com a experiência adquirida em Nova York, o proprietário trouxe métodos modernos para os editoriais que tornou o *Jornal do Commercio* um dos mais respeitáveis e importantes jornais do Brasil. Dentre os novos colaboradores estavam Rui Barbosa, que publicou as famosas Cartas da Inglaterra sob o caso Dreyfus, e outros, como José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior e Afonso Celso.

Nas primeiras décadas dos noventa, Tobias Monteiro assumiu como redator principal do periódico e, já em 1909, Felix Pacheco se tornou o diretor do mesmo, permanecendo neste cargo ainda na época das comemorações do centenário. Foi sob a direção de Felix Pacheco que se formulou a edição comemorativa dos cem anos da Independência. Um período no qual a imprensa, juntamente com a publicidade, tornou-se interlocutora importante para a nossa produção cultural (SÜSSEKIND, 1987: 69). Como nos afirma Marco Morel, a imprensa “[...] pode também ser lida como fonte documental ou texto de época, ganhando uma dimensão que não raro é atribuída apenas aos livros: portadora de conteúdos que formulem idéias, tendências e projetos” (MOREL, 2005: 618).

Os redatores do jornal pretenderam através do número comemorativo compor um documento importante de consulta para os leitores interessados em conhecer a História do Brasil. Ou seja, “As coleções do *Jornal do Commercio*, com a vasta documentação que recolheram, são um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil [...]”

(*Jornal do Commercio*, 1922: 05). Com as festividades do centenário, chegava a hora de anunciar um novo país para as outras nações e, até mesmo, para os próprios cidadãos brasileiros.

Foram muitos aqueles que contribuíram para a divulgação do Estado moderno, tais como intelectuais, jornalistas, ensaístas, literatos, membros de uma elite letrada (MOTTA, 1992: 03). Com suas idéias e pensamentos, noticiados em jornais e revistas, estes homens desempenharam um papel fundamental no delineamento de um perfil para a nação, capaz de lhe garantir identidade própria. Ou seja, definindo as imagens nacionais que tanto os brasileiros como os estrangeiros deveriam discernir, delimitando seu extenso território e modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade (MOTTA, 1992: 04).

A fórmula encontrada pelos redatores do *Jornal do Commercio* para dar conta desse projeto — os anais da nacionalidade¹ — constitui nosso tema neste artigo, que tem como foco, sobretudo, a reflexão sobre quais foram os mecanismos e os artifícios utilizados por estes homens para, dentro de uma única edição, através da seleção das notícias, construir uma síntese da História do Brasil. Como foi enfatizado no próprio periódico:

Não é possível escrever, de um modo original, sem o decalque, a História do Brasil, sem consultar as coleções do Jornal do Commercio, mas é possível fazer a História do Brasil só com as coleções do Jornal do Commercio. Com justo orgulho podemos dizer que as coleções da nossa folha constituem os grandes anais da nacionalidade. No Brasil não há fonte mais abundante de informações (Jornal do Commercio, 1922: 05).

Os Grandes Anais da Nacionalidade²

O número especial do *Jornal do Commercio* publicado em 1922 constitui um exemplar volumoso, dividido em blocos assim distribuídos anualmente: 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839,

¹ O vocábulo — anais — que foi empregado no *Jornal do Commercio* para a edição comemorativa, corresponde à definição que Lucia M. P. Guimarães utiliza: “O vocábulo *Anais* deriva do termo latino *annales*, cujo significado primitivo é o registro de fatos históricos ou pessoais, organizados ano por ano. Entretanto, para os romanos, inicialmente, devido à influência grega, ao *Anais* correspondiam ao relato do que outros fizeram e que o escritor jamais havia visto [...]. [...] Para Sempronius Asello, *Anais* constituem uma compilação dos fatos que se sucedem a cada ano, devendo o escritor limitar-se à simples exposição do que ocorreu, tal como um cronista. Já o autor de um texto histórico deveria articular os fatos às circunstâncias em que eles se passaram, refletindo sobre causas, motivações e conseqüências. Cícero acentuaria essas diferenças, ao conceituar *Anais* como a memória dos acontecimentos [...]” (GUIMARÃES, 2003:01). Nesse sentido, “anais da nacionalidade” constitui o registro dos fatos históricos nacionais, organizados ano por ano, através do olhar dos redatores do *Jornal do Commercio*.

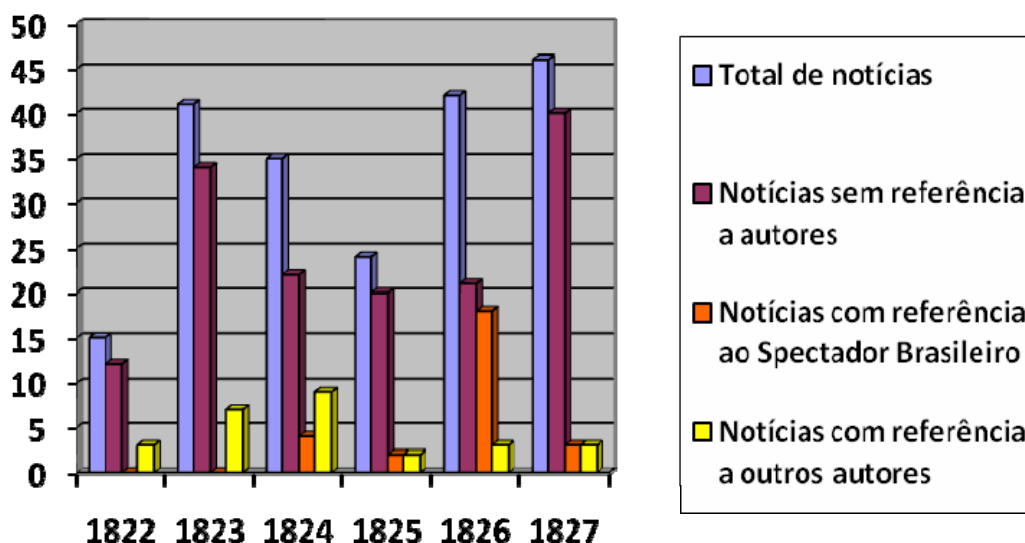
² Para a análise metodológica das notícias e dos editoriais, optamos pelo método usado pela historiadora GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, que se utilizou de uma metodologia classificatória para sua pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1889-1938. Os resultados desse tipo de procedimento possibilitam a compreensão da periodização, da quantificação, da classificação e da seleção do material investigado.

1840 e, depois uma junção em blocos de decênios: 1841 a 1850, 1851 a 1860, 1861 a 1870, 1871 a 1880 e 1881 a 1890. A edição perfaz 470 páginas entre notícias, propagandas, além de uma parte iconográfica que trataremos mais adiante. Uma das possíveis explicações para o recorte final, ou seja, o ano de 1890, se justifica pela dificuldade em tratar dos trinta anos que sucederam à queda da Monarquia. Outra explicação seria a de se configurar como uma história que, naquele momento, constituía-se como recente, algo agravado pelo fato de a Primeira República ser tida, na época, como um período que não correspondeu às expectativas e, que levantou inúmeros questionamentos.

Os redatores do *Jornal do Commercio* afirmaram que, através da edição comemorativa, seria possível reconstruir a História do Brasil fazendo uma seleção das notícias publicadas por este mesmo periódico durante os noventa e cinco anos anteriores.

O Jornal do Commercio, que saiu à publicidade cinco anos depois da Independência, que no início de sua própria existência cooperou com os que tinham fundado o Império, deles recebeu o influxo e as vibrações patrióticas [...]; [...] guarda nas suas coleções de noventa e cinco anos todos os influxos diretos e todos os ecos e todas as polêmicas da História do Brasil. Todos os acontecimentos, de toda espécie e ordem, foram consignados ou recordados nas nossas colunas. Por isso, os nossos destinos sempre estiveram vinculados aos destinos nacionais, e através das nossas coleções é possível reconstituir toda a História do Brasil (Jornal do Commercio, 1922: 05).

Contudo, já podemos detectar um interstício no projeto deste número especial, visto que o jornal iniciou a edição comemorativa a partir do ano de 1822 e, como ele mesmo alegou, são 95 anos de história. Portanto, entre os anos de 1822 a setembro de 1827, este periódico não circulava. Logo, qual foi o mecanismo utilizado pelo *Jornal do Commercio* para abranger estes cinco anos após a Independência? Ele utilizou não apenas do seu material arquivado, mas também de outras fontes, como o *Spectador Brasileiro*, periódico do próprio Plancher que antecede o *Jornal do Commercio* e também, provavelmente, de fontes primárias, já que o *Spectador* somente iniciou suas atividades a partir de 1824, ano em que Plancher chegou ao Brasil.

Gráfico 1: Número de notícias e referências a autores (1822 a 1827)³

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

O primeiro bloco relativo ao ano de 1822 contém dezesseis notícias que evidenciaram, principalmente, as transformações políticas brasileiras. Até o bloco de 1829, essa temática permaneceu, mas com certo aumento no número de notícias publicadas. Houve um acréscimo ainda maior na quantidade de publicações a partir do bloco de 1830. Isso pode explicar uma modificação que os redatores do jornal fizeram na apresentação do sumário do ano de 1830, no qual se acrescentou uma espécie de legenda que facilitasse a compreensão do leitor:

É tão abundante e variado, em comentários, informes, notícias e documentos, o material fornecido, a partir deste ano, pelas coleções do Jornal do Commercio, que, a bem da clareza de sua exposição, nos pareceu necessário distribuí-lo por grupos ou parágrafos, perfeitamente distintos, em que ficassem consignados fatos e assuntos tendo, entre si, relações de maior ou menor dependência. O seguinte quadro, que, desde já, vai nos servir de modelo na redação deste e dos subseqüentes capítulos do presente trabalho, dá perfeita idéia dessa distribuição; para ele solicitamos a benévola atenção do leitor (Jornal do Commercio, 1922: 74).

De certa forma, esta legenda contribuiu para que a leitura fosse direcionada segundo as intenções do próprio periódico. Ou seja, percebemos que, majoritariamente, nos sumários dos blocos compreendidos entre 1830 ao de 1881-1890, as notícias iniciais respeitavam a seguinte legenda: **A** — Apreciação geral; breve notícia dos principais acontecimentos do ano, no Brasil e no estrangeiro. **L** — Legislativo (o poder). Eleições. Assembléias geral, provincial, municipal. Legislação. Códigos. **C** — Convenções e Tratados; relações internacionais;

³ É importante esclarecer que uma mesma notícia pode ter referência a mais de um autor, e que o termo “autor” aqui empregado constitui tanto a pessoa física como, também, outros jornais, nos quais suas notícias serviram de referência para o *Jornal do Commercio*.

incidentes e reclamações diplomáticas. As publicações finais, normalmente, permaneceram direcionadas para a cultura, artes em geral, história, geografia, religião e vida cotidiana.

No bloco de 1841-1850, também veremos mais uma modificação, que se realizou pela nova ordem cronológica dos blocos. Antes, a organização destes constituía-se anualmente, e, depois, passa a ser uma divisão feita por décadas.

Para o acompanhar nesta nova fase de sua existência — o Segundo Império —, somos obrigados a modificar ligeiramente o método que temos até aqui seguido, tão numerosos e complexos os assuntos, fatos e questões que devemos revistar [...]. [...] A divisão em decênios, agora adotada, permitirá que os acompanhem em sua origem e desenvolvimento, não de todos, o que seria impossível dentro do espaço de que podemos dispor, mas, tão somente, dos mais importantes ou mais significativos (Jornal do Commercio, 1922: 224).

De acordo com a explanação feita no *Jornal do Commercio*, a justificativa para essa mudança decorre do número expressivo de notícias e fatos que se apresentavam a partir do Segundo Reinado. Entretanto, mais uma vez, a edição comemorativa do centenário da Independência possui lacunas, já que, ao fazer a divisão em decênios, muitos fatos ficaram omissos nessa escrita, o que acarretou uma quebra na composição dos anais, que têm a característica de um registro feito ano por ano.

Quando o *Jornal do Commercio* publicou uma edição comemorativa do primeiro centenário da Independência, em 1922, preocupou-se que nas suas primeiras páginas houvesse uma breve apresentação. Esta, no formato de editorial, fez um balanço histórico sobre alguns personagens, eventos e fatos da História brasileira e, acrescentou uma espécie de explicação para o lançamento do número especial daquela data. A síntese contém onze artigos, dos quais dez foram escritos no ano de 1922 e um permanece como uma republicação do ano de 1872. Dos artigos de 1922, apenas um não tem título, sendo os demais nomeados da seguinte forma: *Os que fizeram o Brasil, O que fez o Brasil, A Independência, Significação do 7 de setembro, A Evolução do Brasil livre, O Brasil de 1822 e o de 1922, a História do Brasil, Os Grandes Anais e O nosso número do centenário*. Os oito primeiros editoriais se direcionaram a explicar a importância de festejar o centenário e de pontuar os elementos catalisadores, dentro da História do Brasil e da História Geral, que garantiram toda a glória da Independência e do sucesso nos anos posteriores. Assim, o periódico justificou para seus leitores porque o evento deveria ser celebrado com grande entusiasmo. Os outros dois artigos, *Os Grandes Anais e O nosso número do centenário* constituíram uma explicação da edição comemorativa. Na escrita destes textos houve uma preocupação em esclarecer a publicação

desse número e enfatizar sua notoriedade para a História do Brasil. Nas palavras contidas no próprio *Jornal do Commercio*:

Assim, pareceu ao Jornal do Commercio que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros documentos, mas, tendo o Jornal cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a História do Brasil sem consultar as coleções do Jornal do Commercio, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores (Jornal do Commercio, 1922: 05).

Estes editoriais permanecem bastante elucidativos para entender como aqueles artifícios expostos, anteriormente, foram montados para arquitetar um enredo interno coerente com a proposta do jornal em registrar nas suas folhas “[...] a evolução econômica e financeira do país, o seu progresso agrícola, industrial e comercial, a transformação dos costumes, a evolução das idéias, as lutas políticas [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Por sua vez, a transcrição do editorial de 1872 — *Sete de Setembro*, assim como os artigos de 1922, enfatizou a importância da Independência como um divisor de águas na História do Brasil e enalteceu as festividades em torno dos cinquenta anos de vida do país que se separou da metrópole portuguesa.

Melhor não pudera, por certo, o povo brasileiro, festejar o meio centenário da sua liberdade. Andam fogos de alegria, ouçam-se a voz do canhão e os festivos sons dos sinos, cânticos patrióticos, [...] milhares de luzes prolonguem pela noite a dentro tão faustoso dia, e saiba o mundo como temos gravado no coração a data em que nos inscrevemos no livro da nações livres (Jornal do Commercio, 1922: 07).

Comparando o artigo de 1872 com os do ano de 1922, percebemos um discurso análogo, no qual aparece a idéia de um passado pacífico, e também de sua continuidade com alguns elementos comuns, como a exaltação dos “heróis” da nação e dos príncipes que aqui governaram. Assim como foi escrito no editorial, dos cinquenta anos da Independência, que o Brasil conquistou sua emancipação sem tanto derramamento de sangue, e que apesar de alguns contratemplos tudo ocorreu de forma tranqüila, vemos esse mesmo juízo ressurgir na apresentação de 1922.

[...] A nossa história é suave, e no meio das lutas para a conquista do território, na aquisição de direitos e liberdade, guardamos uma singularidade que nos honra. O Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem

histórica, que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça (Jornal do Commercio, 1922: 01).

Nesta mesma citação, encontramos a idéia de continuidade, no caso, a ininterrupção do território e da unidade administrativa. No editorial de 1872, localizamos uma opinião similar, escrita no *Jornal do Commercio*:

O fato da conquista da sua independência o tem o Brasil em comum com todos os povos da América; do modo por que o houve pode, porém, mais do que ele, orgulhar-se. A breve luta, cuja pouca porfia não prova senão quão maduro estava o fruto, sucedeu, apenas interrompida por ligeiras comoções, longa calma, que ainda veio provar quão digno era de entrar no seu gozo (Jornal do Commercio, 1922: 07).

Em um artigo de 1922, os redatores do periódico mencionaram que a República representou a interpelação da unidade administrativa: “[...] em quatro séculos de história, só uma vez (com a Proclamação da República) houve interrupção na transmissão pacífica e legal do Poder Executivo [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 01). Entretanto, eles deixaram claro que existia uma ressalva, já que apesar deste rompimento, houve elementos que permitiram o prosseguimento dos ideais imperiais no regime republicano. A prova disto é a seguinte declaração no periódico: “A continuidade do Império na República está na própria Constituição Republicana [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 03-04).

Analisando os próprios textos de 1922 também encontramos alguns elementos comuns, dos quais se destaca a idéia de progresso. Vejamos isto através da seguinte explanação: “[...] ele (D. Pedro II) presidiu conscientemente o nosso desenvolvimento, cuidando simultaneamente das coisas de espírito e do progresso material. O Brasil iniciou as estradas de ferro em 1854 e em 1860 tratou do telegrafo elétrico” (*Jornal do Commercio*, 1922: 03). E no artigo — *O Brasil de 1822 e o de 1922* – encontramos a seguinte nota escrita no jornal: “Nos mais velhos documentos do Brasil fala-se do seu futuro portentoso. Já temos quatro séculos de progresso e civilização [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 04). O progresso foi retratado pelos editoriais como um algo que já vinha caminhando com o país desde a Independência e promovido pelas riquezas naturais. Logo, a própria solidez do Estado Imperial implicava no avanço das diversas áreas e instituições do Brasil.

Avaliando o elemento iconográfico, no qual constituiu a ilustração da Família Imperial e de outras figuras de renome, como: José Bonifácio de Andrada e Epiácio da Silva Pessoa, percebemos uma omissão por parte do periódico que evidencia, claramente, um enaltecimento do período imperial. Houve apenas a representação de um presidente republicano, que, ao

contrário da Monarquia, teve seus mais ilustres personagens em evidência: D. João VI, D. Pedro I, Imperatriz Maria Leopoldina, José Bonifácio e D. Pedro II.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, percebemos que, guardadas as devidas proporções, a edição do centenário da Independência do Brasil do *Jornal do Commercio* se relaciona com próprio ato de comemorar, ou seja, perpassa o sentido de sacralização das representações comuns de uma nação. Constituído-se como um reforço da tradição, do patrimônio, da configuração de um espaço aos locais de memória. Capaz de usufruir de um modelo memorial vinculado ao modelo histórico. (NORA, 1992).

A memória-histórica substitui, nas sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, ou seja, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Contudo, os homens modernos não utilizam mais a memória oral. Devido à aceleração do tempo, eles têm a necessidade da história, pois há sempre novas interpretações que acendem outras luzes sobre o que já se passou e parecia tão imutável. Isso acaba por impor um futuro que se revela sempre imprevisível, no qual o passado já não se constitui tão facilmente baseado em uma história consolidada⁴. O medo e a insegurança do desfalecimento das lembranças acarretam uma intensa produção de memória e história.

[...] Car c'est nous que nous venérions à travers le passé. C'est ce rapport que c'est casse. De la même façon que l'avenir visible, prévisible, manipulable, balisé, projection du présent, est devenu invisible, imprévisible, inmaîtrisable, nous en sommes arrivés, symétriquement, de l'idée d'un passé visible à un passé invisible; d'une histoire que se cherchait dans le continu d'une mémoire qui se projette dans le discontinu d'une histoire (NORA, 1984: 30)⁵.

Nesse sentido, os redatores do *Jornal do Commercio* codificaram nas páginas deste periódico um artifício de forma a domar a descontinuidade do tempo e de se apresentar como um testemunho irrefutável da institucionalização do Estado brasileiro, enfatizando o período Imperial. As intenções eram permitir que uma história-memória da nação poderia ser

⁴ Sobre o conceito de aceleração do tempo, ver trabalho de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

⁵ “[...] Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história [...]”. Tradução livre.

consultada no presente ano de 1922 e pelas gerações futuras, e que essa mesma lembrança se constituiria nos anais da História do Brasil.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

2. Artigos e Livros

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Anais do I Congresso de História Nacional: possibilidades de leitura e mapeamento de tendência de uma disciplina”. Livro de Resumos do 2º COHILILE, Campinas, 2003.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale das luzes”, “bazar de maravilhas” — *A Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. (Trabalho apresentado no Seminário “Cenários de 1922”, promovido pelo CPDOC).

_____. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

NORA, Pierre (dir.). “L’ère de la commémoration”. In: _____. *Les lieux de mémoire. Les France*. t. 3. Paris: Gallimard, 1992.

_____. “Entre mémoire et histoire”. In: _____ (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. t. 1 Paris: Gallimard, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.